



# NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA 2017 | CCDR-N

AVISO Nº NORTE-77-2017-07



## ÍNDICE

|  |          |
|--|----------|
| <b>Preâmbulo.....</b>  | <b>3</b> |
| 1. Objetivos específicos.....  | 3        |
| 2. Área geográfica da aplicação.....                                   | 3        |
| 3. Beneficiário .....  | 4        |
| 4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários.....                   | 4        |
| 5. Forma dos apoios .....  | 4        |
| 6. Dotação financeira .....  | 4        |
| 7. Taxa máxima de cofinanciamento .....                                | 4        |
| 8. Duração das candidaturas .....                                      | 4        |
| 9. Tipologia de ações.....   | 4        |
| 10. Despesas elegíveis.....  | 6        |
| 11. Indicadores de resultado e de realização a alcançar .....          | 7        |
| 12. Critérios de elegibilidade das operações .....                     | 7        |
| 13. Critérios de seleção .....   | 8        |
| 14. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas..... | 9        |
| 15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....          | 10       |
| 16. Aceitação da decisão .....   | 11       |
| 17. Obrigações do beneficiário.....                                    | 11       |
| 18. Pagamentos da comparticipação comunitária .....                    | 11       |
| 19. Condições de alteração da operação.....                            | 12       |
| 20. Redução ou revogação do apoio da União.....                        | 12       |
| 21. Acompanhamento e controlo da execução da operação.....             | 12       |
| 22. Divulgação de resultados e pontos de contacto .....                | 12       |

## Preâmbulo

O presente Convite enquadra-se no Eixo 10 – Assistência Técnica do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020) e foi elaborado nos termos dos números 6 e 7 do artigo 16.º das Regras Gerais de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, bem como, na metodologia e critérios de seleção do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 aprovados por consulta escrita de 22 de Junho de 2015.

|   |   |
|---|---|
| <b>Objetivo Temático</b>                        | 13 - Não aplicável  |
| <b>Prioridade de Investimento</b>               | 13.01 - Não aplicável   |
| <b>Tipologia de Intervenção</b>                 | 77 – Assistência Técnica  |
| <b>Objetivos específicos</b>                    | Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão e assegurar o envolvimento e a participação ativa dos “stakeholders”, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários                           |
| <b>Domínios de intervenção</b>                  | 121 - Preparação, execução, acompanhamento e inspeção;<br>122 - Avaliação e estudos;<br>123 - Informação e comunicação  |
| <b>Indicadores de realização e de resultado</b> | Indicadores de realização:<br>O.AT.16.E - N.º de visitantes anuais ao sítio de internet do PO<br>O.AT.23.E - N.º de trabalhadores com salários co-financiados pela AT<br>Indicadores de resultado:<br>R.AT.01.E - Cumprimento da Regra N+3<br>R.AT.02.E - Cumprimento do plano de comunicação |

## 1. Objetivos específicos

Os objetivos deste convite de apresentação de candidatura consistem em:

- (i) Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, nomeadamente, através do financiamento de ações relativas às atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização, avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa, bem como para as ações conducentes a um melhor conhecimento da Região do Norte, garantindo um apoio adequado aos beneficiários e uma ampla divulgação aos cidadãos e aos agentes económicos.
- (ii) Assegurar o exercício das competências do órgão de acompanhamento das dinâmicas regionais previstas no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de Setembro.

## 2. Área geográfica da aplicação

O presente convite para apresentação de candidaturas tem aplicação no território da Nomenclatura da Unidade Territorial para Fins Estatísticos (NUTS) II Norte.

### **3. Beneficiário**

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), enquanto entidade que assegura o apoio logístico e administrativo à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e ao Órgão de acompanhamento das dinâmicas regionais.

### **4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários**

O beneficiário terá de assegurar os critérios estabelecidos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

### **5. Forma dos apoios**

O apoio a conceder assume a natureza de subvenção não reembolsável.

### **6. Dotação financeira**

A dotação financeira máxima de FEDER afeta ao presente Convite é de 6.650.000,00 € (seis milhões e seiscentos e cinquenta mil euros).

### **7. Taxa máxima de cofinanciamento**

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a conceder é de 95% das despesas elegíveis.

### **8. Duração das candidaturas**

As candidaturas apresentadas no âmbito deste convite deverão respeitar ao exercício orçamental de 2017.

### **9. Tipologia de ações**

No âmbito do presente convite, são suscetíveis de apoio as seguintes tipologias de ações:

- a) Criação e funcionamento das estruturas de apoio técnico e respetivo apoio logístico;
- b) Informação, divulgação e publicitação do Programa e seus instrumentos, com destaque para a divulgação de bons resultados das operações apoiadas, envolvendo, nomeadamente, o

testemunho dos beneficiários na apresentação do conteúdo das operações e dos resultados alcançados;

c) Auditorias, ações de controlo e de verificação das operações;

d) Acompanhamento da execução do Programa e das operações aprovadas;

e) Instalação e desenvolvimento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, nomeadamente, georreferenciada, necessária às tarefas de gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa;

f) Ações destinadas a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários, incluindo sistemas eletrónicos de intercâmbio de dados, ações de reforço da capacidade da Autoridade de Gestão e dos beneficiários em matéria de gestão e utilização dos Fundos;

g) Estudos de avaliação e de análise do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, globais e específicos, incluindo aqueles que sejam relevantes para a concretização das estratégias dos vários domínios apoiados, nomeadamente ações de dinamização de observatórios, elaboração, dinamização e seguimento de agendas prioritárias, de programas de ação e de iniciativas piloto de desenvolvimento regional e dinamização de ações inovadoras de identificação e disseminação de boas práticas de âmbito regional ligadas aos objetivos e à estratégia do Programa;

h) Formação e capacitação dos órgãos de gestão do Programa, nomeadamente, em domínios específicos considerados pertinentes;

i) Desenvolvimento de ações que assegurem a prevenção, deteção e correção de irregularidades, adotando, nomeadamente medidas antifraude eficazes e proporcionadas, tendo em conta os riscos identificados, e um conjunto de medidas de natureza preventiva, tais como a adoção de um “Plano de Gestão de Riscos de Fraude e Infrações Conexas”, a realização de ações de formação para as equipas técnicas e de divulgação junto dos beneficiários e, ainda a adoção de procedimentos internos para análise do risco e estabelecimento de procedimentos internos de natureza corretiva;

j) Ações de cooperação, intercâmbio de experiências e *benchmarking* com outros Estados-Membros;

k) Informação, divulgação e publicitação da ação e o papel desempenhado pelos Fundos de Coesão.

l) Ações de sensibilização dos potenciais beneficiários;

m) Ações que promovam a capacitação dos beneficiários;

n) Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.

## 10. Despesas elegíveis

Sem prejuízo do estabelecido na regulamentação da União e nacional aplicável ao financiamento pelo FEDER, são elegíveis as despesas seguidamente indicadas, quando realizadas pelo beneficiário no exercício das competências de gestão e acompanhamento do Programa:

- a) Despesas com remunerações e respetivos encargos sociais das pessoas envolvidas;
- b) Aquisição de bens e serviços, entre os quais:
  - i. Encargos com instalações, incluindo, nomeadamente, rendas, condomínio, serviços de segurança, abastecimento de energia e água, assim como trabalhos de adaptação e de manutenção;
  - ii. Equipamentos, infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação, de comunicação e de monitorização;
  - iii. Consultoria técnica e estudos necessários à boa execução do Programa;
  - iv. Despesas com formação;
  - v. Despesas com a participação e/ou organização de reuniões, nomeadamente do Comité de Acompanhamento;
  - vi. Promoção e organização de seminários, colóquios e conferências nas áreas de atuação abrangidas pelo Programa;
  - vii. Despesas com ações de controlo interno e auditorias;
  - viii. Despesas relacionadas com verificações no local das operações cofinanciadas;
  - ix. Ações de informação e publicidade que se revelem necessárias para a prossecução dos objetivos do Programa;
  - x. Ações de cooperação técnica para análise das melhores práticas noutros países da União Europeia e sua difusão junto dos potenciais beneficiários do Programa;
- c) Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução das operações poderão ser considerados elegíveis, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação da União e nacional aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.

Para efeito de cofinanciamento, as despesas elegíveis devem ser justificadas com base nos custos reais efetivamente realizados e pagos pelo beneficiário, sem prejuízo da aplicação de modalidade de custos simplificados de acordo com o definido na Norma de Gestão n.º 1/NORTE2020/2015 - Regras de elegibilidade de despesas.

Em termos temporais, são elegíveis as despesas realizadas pelo beneficiário no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou documentos probatórios equivalentes, salvaguardando-se os prazos legais definidos para a quitação das respetivas despesas, caso ultrapassem o período de execução.

As despesas de assistência técnica relativas ao Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), incorridas e pagas 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, podem ser financiadas pela assistência técnica do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, nos termos do disposto na alínea d) do nº 4, do artigo 83º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que determina que a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assume as competências, os direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

## **11. Indicadores de resultado e de realização a alcançar**

A operação contribui para os indicadores de resultado do Programa quando concorra para o alcance dos seguintes indicadores de resultado:

- a) Cumprimento do plano de comunicação (unidade de medida %);
- b) Cumprimento da regra N+3 (unidade de medida %).

Complementarmente, a operação deverá contribuir para os indicadores de realização do Programa:

- a) Número de visitas anuais ao sítio de internet do Programa (unidade de medida número);
- b) Trabalhadores com salários cofinanciados pela Assistência Técnica (unidade de medida Equivalente Tempo Inteiro).

Neste contexto, a quantificação dos indicadores efetuada em sede de candidatura é objeto de contratualização e monitorização no âmbito da operação aprovada ao abrigo do presente convite, tendo em vista a comprovação da obtenção dos resultados subjacentes à decisão de financiamento da operação.

## **12. Critérios de elegibilidade das operações**

A operação deve obedecer aos seguintes critérios:

- a) Enquadrar-se na tipologia de ações previstas no ponto 9;
- b) Visar a prossecução dos objetivos específicos e dos resultados que se pretendem alcançar com o apoio da União, previsto no Eixo 10 – Assistência Técnica do Programa;
- c) Justificar a necessidade e oportunidade da realização da operação;
- d) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira das intervenções previstas na operação;

e) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução e o cumprimento dos resultados previstos;

f) Apresentar um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 15.º do Regulamento (EU) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

### **13. Critérios de seleção**

A metodologia de cálculo para seleção da operação é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula, sempre que as operações contemplem a generalidade das tipologias no presente convite:

$$MO = 0,20A + 0,20B + 0,20C + 0,15D + 0,15E + 0,10F$$

em que:

A - Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário;

B - Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos;

C - Qualidade técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade;

D - Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados, para o caso de sistemas de informação, estudos e avaliação e comunicação e divulgação;

E - Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação para o caso de sistemas de informação e comunicação e divulgação;

F - Grau de adequação das metodologias formativas face às necessidades das equipas, no caso de formação e capacitação das equipas de gestão.

Conjuntamente com o presente convite é disponibilizado, em Anexo, o respetivo referencial de análise do MO.

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento da operação, esta é avaliada com base no seu mérito absoluto.



O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração Média e 1 uma valoração Reduzida.

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

É estabelecida uma pontuação mínima para a seleção da operação, não podendo ser inferior 3 pontos.

#### **14. Modalidade e procedimentos para apresentação das candidaturas**

As candidaturas são apresentadas através de formulário eletrónico próprio disponível no Balcão Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), sendo indispensável que, para o efeito, o beneficiário tenha efetuado o seu registo e autenticação prévia no Balcão Portugal 2020.

Além do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os documentos seguidamente indicados:

- i. Declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- ii. Certificado da Direção de Serviços do IVA, comprovativo do enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver resultante da implementação da operação, em termos de regime de dedução do IVA suportado com as despesas previstas na operação, caso o IVA não seja dedutível;
- iii. Listagem das ações incluídas na operação que já se encontrem adjudicadas ou em fase de adjudicação, indicando para cada uma delas, o período de realização previsto, os custos das mesmas e o regime de contratação pública previsto;
- iv. Previsão do pessoal a afetar ao projeto de assistência técnica do Programa, com estimativa dos respetivos encargos salariais, segurança social e outros encargos da entidade patronal. Deverá ser anexada nota justificativa com a explicitação das chaves/critérios de imputação propostos.
- v. Plano de Comunicação a desenvolver durante a fase de realização da operação e na sua conclusão, que permita a divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais utilizadores e do público em geral, de forma a dar cumprimento às obrigações fixadas no número 3 do artigo 115º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro.

A Memória descritiva da operação deverá incluir os seguintes aspetos:

- Descrição e caracterização das intervenções a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias previstas no ponto 9 do presente convite;
- Descrição e justificação dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução dos objectivos específicos do Eixo 10: “Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão” e “Assegurar o

envolvimento e a participação ativa dos “stakeholders”, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários”;

- Justificação da necessidade e da oportunidade de realização das intervenções previstas na operação;
- Indicação dos cronogramas de execução física e financeira da operação;
- Apresentação de informação clara e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, a qual deverá permitir avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- Identificar de forma clara e objetiva o contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente convite;

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

A apresentação das candidaturas decorre em contínuo, encontrando-se aberto o concurso a partir das 0:00h do dia 5 de maio de 2017 e as 24:00h do dia 31 de outubro de 2017.

## **15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas**

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente convite.

A decisão sobre o cofinanciamento das operações é tomada em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre o cofinanciamento a atribuir à candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 60 dias úteis a contar da data de apresentação da candidatura.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina a análise da candidatura apenas com os elementos disponíveis.

O candidato é ouvido no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

A proposta de decisão da candidatura, relativamente à qual tenham sido apresentada alegações em contrário, é reapreciada, sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40

dias úteis, a contar da data da apresentação das alegações (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela Autoridade de Gestão ao beneficiário, no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

## **16. Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a celebração de termo de aceitação, o qual é submetido eletronicamente e autenticado nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

## **17. Obrigações do beneficiário**

Além das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, o beneficiário fica ainda sujeito às seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados e impacto, controlo e auditoria;
- b) Possuir os recursos humanos e técnicos necessários ao acompanhamento da execução física e financeira da operação, assim como assegurar a boa prestação de contas;
- c) Comunicar à Autoridade de Gestão qualquer alteração ou ocorrência que possa pôr em causa os pressupostos subjacentes à decisão de aprovação da operação;
- d) Cumprir as disposições legais em matéria de contratação pública aplicáveis à execução da operação;
- e) Nos termos dos regulamentos aplicáveis, autorizar a Autoridade de Gestão a proceder à divulgação dos apoios concedidos.

## **18. Pagamentos da comparticipação comunitária**

Os pedidos de pagamento da comparticipação comunitária são apresentados pelo beneficiário no Balcão Portugal 2020, podendo ser efetuados a título de adiantamento e de reembolso, nos seguintes termos:

- a) Adiantamento – com a assinatura do Termo de Aceitação, poderá ser concedido um adiantamento inicial no montante de 25% da comparticipação comunitária aprovada para o ano civil;

b) Reembolsos – com o limite de 75% da comparticipação comunitária, caso tenha sido processado o adiantamento referido em a), correspondentes ao co-financiamento das despesas efetivamente realizadas e pagas pelo beneficiário.

A apresentação dos pedidos de reembolso deve ser mensal, devendo o último pedido de reembolso (pedido final) deve ser apresentado até ao final do mês de fevereiro de 2018.

#### **19. Condições de alteração da operação**

Estão sujeitas a nova decisão da Autoridade de Gestão as alterações referidas no n.º 7 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014.

#### **20. Redução ou revogação do apoio da União**

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de qualquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

#### **21. Acompanhamento e controlo da execução da operação**

O beneficiário fica sujeito a ações de acompanhamento, de controlo e de auditoria a realizar pela Autoridade de Gestão ou por qualquer entidade por ela designada, bem como pelas entidades com competência em matéria de certificação, auditoria, controlo e avaliação dos fundos da União atribuídos.

A comparticipação comunitária a conceder no âmbito deste convite fica sujeita ao acompanhamento e controlo da sua utilização, em conformidade com as ações aprovadas, nas suas componentes material, financeira e contabilística.

#### **22. Divulgação de resultados e pontos de contacto**

No Balcão Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), o beneficiário têm acesso a:

- a) Outras informações relevantes para efeito de instrução da candidatura, nomeadamente legislação de enquadramento e formulário de candidatura;
- b) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas durante o período para a apresentação da candidatura;
- c) Ponto de contacto para obter informações adicionais;

d) Aos resultados do presente Convite.

Sem prejuízo da informação disponível no Balcão Portugal 2020, quaisquer pedidos de esclarecimento podem ainda ser dirigidos a: [norte2020@ccdr-n.pt](mailto:norte2020@ccdr-n.pt).

Porto, 4 de maio de 2017

O Presidente da Comissão Diretiva do NORTE 2020,

Fernando Freire de Sousa

## ANEXO: EIXO PRIORITÁRIO 10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE CANDIDATURAS

| Critérios de Seleção  | Tipo Critério | Valoração  | Ponderadores | Gestão, Acompanhamento, Controlo, Avaliação e Comunicação |                      |                        |                     |                          |  |
|---|---------------|--|--------------|---|----------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|--|
|   |               |  |              | Funcionamento   | Auditoria e Controlo | Sistemas de Informação | Estudos e Avaliação | Comunicação e Divulgação | Formação e Capacitação das Equipas de Gestão |
| Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário Programa:  | Comum         | 5 - Elevada<br><br>3 - Média<br><br>1 - Reduzida | 20%          | X   | X                    | X                      | X                   | X                        | X  |
| a) Adequação da operação aos objectivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário;   |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário.  |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: | Comum         |  | 20%          | X   | X                    | X                      | X                   | X                        | X  |
| a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das actividades de gestão;   |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão.   |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| Qualidade técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade:   | Comum         |  | 20%          | X   | X                    | X                      | X                   | X                        | X  |
| a) Adequação dos conteúdos aos objectivos da proposta;  |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Viabilidade do calendário proposto face aos objectivos e conteúdos da proposta.  |               |  |              |   |                      |                        |                     |                          |  |

| Critérios de Seleção   | Tipo Critério | Valoração | Ponderadores | Gestão, Acompanhamento, Controlo, Avaliação e Comunicação |                      |                        |                     |                          |  |
|--|---------------|-----------|--------------|---|----------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|--|
|  |               |           |              | Funcionamento   | Auditoria e Controlo | Sistemas de Informação | Estudos e Avaliação | Comunicação e Divulgação | Formação e Capacitação das Equipas de Gestão |
| Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados:  | Específico    |           | 15%          |   |                      | X                      | X                   | X                        |  |
| a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares;                  |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.   |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação: | Específico    |           | 15%          |   |                      | X                      |                     | X                        |  |
| a) Adequação dos meios envolvidos aos objectivos de divulgação e visibilidade dos Fundos;  |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Coerência dos conteúdos da proposta ao Plano de Comunicação do Programa e da Estratégia de Comunicação do Portugal 2020;                                  |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| c) Contributo das propostas para a transparência e facilitação do acesso à informação sobre a aplicação dos FEEI.  |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| Grau de adequação das metodologias formativas face às necessidades das equipas:  | Específico    |           | 10%          |   |                      |                        |                     |                          | X  |
| a) Adequação dos conteúdos das propostas às necessidades das equipas;  |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| b) Adequação das metodologias formativas face aos objectivos de capacitação das equipas;   |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |
| c) Adequação dos calendários e oportunidade da proposta.   |               |           |              |   |                      |                        |                     |                          |  |